

Evolução das Telecomunicações no Brasil, 1950–2001: o caso da telefonia

Rogério de Assis Teixeira

** Graduado do Departamento de Economia, da Universidade Federal de Viçosa*

Silvia Harumi Toyoshima

** Professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa.*

** Mestre pela Universidade de São Paulo (USP)*

** Doutora pela Universidade de Campinas (UNICAMP).*

Resumo

O objetivo do artigo é fazer um histórico das telecomunicações no Brasil, focalizando os serviços de telefonia, desde os anos 1950 até 2001. O estudo apresenta as principais alterações da regulamentação desses serviços no país e os seus impactos sobre o desempenho do setor, destacando-se o período pós-privatização. A partir de meados de 1998, quando se inicia tal processo, há uma crescente participação do capital estrangeiro no setor e uma melhoria sensível na oferta dos serviços de telefonia. O possível impacto negativo sobre as contas externas, no entanto, não é muito visível até o presente momento.

Palavras-chave:

Telecomunicações-Brasil; Telecomunicações-Regulamentação; Telecomunicações-história-Brasil; Telecomunicações-Serviços; Telecomunicações-Privatização; Telecomunicações-Investimento.

1 - INTRODUÇÃO

O complexo eletro-eletrônico agrega os principais segmentos industriais da atual fase do capitalismo, por se constituir no mais dinâmico do novo paradigma tecnológico e produtivo e um difusor de inovações para os demais segmentos. Dentre os setores que o compõem, o de telecomunicações pode ser considerado como um dos mais relevantes, devido ao alto grau de encadeamento com outros setores, permitindo dinamizar o funcionamento de várias atividades econômicas.

A crescente necessidade de acesso à informação, estimulada pela globalização dos mercados que vem ocorrendo nos últimos anos, fez com que um maior número de pessoas e empresas passassem a utilizar os meios de comunicação como um dos instrumentos mais eficazes para otimizar esse acesso. Isto fez com que as telecomunicações aumentassem significativamente a sua importância no contexto econômico, principalmente no que diz respeito às transações comerciais realizadas atualmente, uma vez que dependem efetivamente desse tipo de serviço. Podemos citar, como exemplo dessa dependência, o grande número de transações que são realizadas por meio de troca eletrônica de dados, no intuito de se obter uma maior velocidade na realização das transações.

O volume de investimentos requerido para o setor de telecomunicações, tanto para atender a expansão da demanda por produtos e serviços já existentes quanto para o desenvolvimento tecnológico, tem aumentado significativamente. Os produtos e processos pertencentes a este setor apresentam ciclos de vida relativamente curtos; daí a necessidade de investimentos contínuos por parte dos produtores, que sejam suficientes para acompanhar a evolução do mercado.

De acordo com Ferreira (1997), o Estado brasileiro, que deteve por longo período o monopólio dos serviços de telefonia, não tinha mais condições financeiras para investir na sua expansão e modernização, principalmente, por requerer um grande

aporte de investimentos, que pudesse atender a uma demanda reprimida e em franca expansão; introduzir inovações capazes de melhorar a qualidade dos serviços; reduzir custos de produção; e acompanhar o avanço tecnológico que vem ocorrendo no setor. A solução apontada seria a privatização desses serviços, sendo que a função do Estado se restringiria a fiscalizar e regular as concessionárias que então assumissem os serviços de telecomunicações. A privatização, sugerida pelo autor, já havia sido iniciada pelo governo brasileiro em 1997.

O Estado não dispor de recursos financeiros para realizar investimentos não é um fato novo para países como o Brasil. Essa escassez de capital é um problema da grande maioria (se não de todos) dos países em desenvolvimento, geralmente, provocado pelo baixo nível de poupança interna, prejudicando significativamente o desenvolvimento econômico destes.

Uma das soluções para os países que têm este tipo de problema, conforme afirmam vários autores, e que sempre foi utilizada historicamente por essas economias, é a utilização da poupança externa. Os governos desses países buscaram e buscam diretamente capitais externos, ou de alguma maneira elaboram políticas que, de alguma forma, estimulem o setor privado a buscar esses recursos, oferecendo também vantagens adicionais para que as empresas estrangeiras invistam no país.

Recentemente, o governo brasileiro tem procurado recursos externos a partir de um processo amplo de privatização¹. No setor de telecomunicações, por exemplo, as privatizações ocorreram na parte de serviços, onde o país possui um extenso mercado interno, com uma grande demanda reprimida, o que as tornam altamente promissoras e lucrativas. Esta privatização dos serviços de telecomunicações está sendo feita com grande participação do capital estrangeiro, sob a forma de investimentos externos diretos.

¹ Essa forma de entrada de capitais externos, no curto prazo, tem sido extremamente favorável, por ajudar a financiar o déficit que o país enfrenta em suas contas externas.

Antes do desencadeamento do processo de privatizações dos serviços de telecomunicações no país, já havia um grande número de empresas multinacionais aqui instaladas, que eram responsáveis por grande parte da produção interna de equipamentos para o setor. Com a privatização dos serviços de telecomunicações, o capital estrangeiro passou a dominar, também, este segmento.

A produção realizada por essas empresas estrangeiras, que se instalaram no país, parece dar-se de forma parcial, ou no nível de “montagem” do produto final, devido ao alto índice de componentes de maior composição tecnológica que são importados.

Dadas as grandes alterações que estão ocorrendo no setor, é importante resgatar, historicamente, tais modificações e avaliar seus impactos sobre o desempenho de um setor tão fundamental na atual etapa da industrialização mundial.

O objetivo deste artigo é, assim, fazer um histórico da evolução do setor de telecomunicações, mais especificamente, do segmento de serviços de telefonia, escolhido por ter comportado maiores modificações no que se refere à propriedade do capital, a partir de 1950. Paralelamente, pretende-se avaliar o desempenho alcançado por esses serviços e verificar a evolução da presença do capital estrangeiro nesse segmento.

Os procedimentos metodológicos consistem em uma análise histórico-descritiva do setor de telecomunicações, tendo como marco a criação do Sistema Telebrás, que funcionou como uma *holding* estatal congregando as operadoras estaduais, até a privatização do setor. Este histórico será focado nas ações desenvolvidas pelo Estado, no que diz respeito às legislações pertinentes ao assunto; ao tipo de serviço prestado; ao número de usuários atendidos; ao volume de investimentos destinados ao setor. Este levantamento nos permite fazer uma análise crítica da ação do Estado enquanto esteve à frente dos serviços de telecomunicações, sob o regime de monopólio. A avaliação da privatização será

feita analisando-se os seguintes indicadores: a expansão do número de acessos instalados; a evolução das tarifas; o cumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL; e uma avaliação econômico-financeira do setor. Esta última tomará como base os principais índices referentes às condições de lucratividade, ao grau de endividamento e às receitas líquidas auferidas pelo setor nos últimos anos, conforme Silva (1995), considerando-se a disponibilidade de dados.

2 - HISTÓRICO DO SEGMENTO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA ATÉ FINAL DA DÉCADA DE 80

O telefone foi inventado no final do século XIX nos Estados Unidos, precisamente em 2 de junho de 1875, pelo Escocês Alexandre Graham Bell. Logo depois, em 1877, a invenção já chegara ao Brasil. Por ordem de D. Pedro II, as primeiras linhas telefônicas foram instaladas, interligando o Palácio Imperial de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, às casas de seus ministros. Este fato ocorreu pouco depois de uma exposição ocorrida na Filadélfia, onde D. Pedro II esteve presente.

Em 1881, foi concedido à empresa *Telephone Company* do Brasil o direito de “construir” linhas telefônicas na cidade do Rio de Janeiro, para fins comerciais.

Em 1890, a empresa alemã *Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft* implantou a primeira linha telefônica interurbana no país, entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1912, foi incorporada à empresa *Canadense Brazilian Traction Light & Power*, tornando-se uma subsidiária daquela no Brasil. Em 1923, teve sua razão social alterada, passando a se chamar Companhia Telefônica Brasileira (CTB). Já, em 1929, instalou a linha telefônica de número 100.000 e, seis anos depois, o primeiro posto telefônico público, na antiga Galeria Cruzeiro, hoje Avenida Central, no Rio de Janeiro. Com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial, houve uma certa paralisação do setor de telefonia. Ainda assim, a CTB instalou 45 mil novos

telefones no Estado do Rio de Janeiro, no período de 1939 a 1945 (BRASIL, 2002).

De acordo com a Constituição Brasileira de 1946, os serviços públicos de telecomunicações deveriam ser explorados diretamente pelos governos estaduais e/ou municipais, ou através de concessões. Poucos estados e municípios exerceram esta função, prevalecendo o sistema de concessões. Desde aquela época, as empresas estrangeiras dominavam o segmento de serviços do setor, como a Companhia Telefônica Brasileira (CTB) – subsidiária da *Canadian Traction Light and Power Company* – que concentrava, em 1957, 2/3 dos telefones existentes no Brasil, localizados em sua maioria no eixo Rio-São Paulo. O restante estava distribuído entre a Companhia Nacional Telefônica (CNT) – que era uma filial da ITT norte-americana, instalada no Rio Grande do Sul – as subsidiárias da CTB, em Minas Gerais e Espírito Santo, e mais de 900 concessionárias municipais (MOREIRA, 1989).

No ano de 1962, o país possuía pouco mais de 1 milhão de linhas telefônicas, sendo que existiam mais de 900 concessionárias de serviços telefônicos operando no país. Nessa época, o país contava com uma população de mais de 70 milhões de habitantes.

A grande diversificação de empresas concessionárias implicava a coexistência de uma grande variedade de equipamentos utilizados para operar o sistema de telefonia, o que consistia num entrave à padronização e interligação das diversas áreas do país, já que um equipamento utilizado por uma empresa poderia ser, até certo ponto, incompatível com o de outra empresa, dificultando a interligação entre os sistemas. Tal situação levava a um maior número de chamadas interrompidas ou não completadas, acarretando maior custo econômico e social para os usuários do sistema.

A grande diversidade de empresas que operava a rede de telefonia no país já demonstrava a desorganização existente no setor de telecomunicações brasileiro. Sem a integração dos serviços telefôni-

cos prestados pelas empresas do setor, que funcionavam com diferentes padrões técnicos e métodos administrativos variados, a unificação dos padrões de serviços e, conseqüentemente, o desempenho do setor era dificultado. Devido a isto, o governo não conseguia definir uma política específica, para o setor, capaz de incentivar novos investimentos e promover o seu crescimento. Um problema adicional é que as regiões menos populosas do Brasil ficavam isoladas devido à concentração dessas empresas nas regiões com maior população.

Diante dos problemas mencionados, o governo brasileiro percebeu a necessidade de intervir no setor a fim de reorganizá-lo. Pode-se considerar a década de 60 como o marco dessa intervenção, com a reestruturação do setor, instituindo um novo modelo de funcionamento a partir do monopólio estatal.

Inicialmente, o governo criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), que tinha como função principal assessorar diretamente a presidência da república na formulação de anteprojeto de lei para a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), que definiria as normas de fiscalização para o cumprimento das diretrizes estabelecidas e cuidaria do planejamento do setor. Em 1962, então, foi criado o CBT (Lei 4.117). A criação desta lei não foi suficiente para extinguir o sistema fragmentado existente na época, composto por diversas concessionárias, mas permitiu uma maior intervenção do governo no setor de serviços. Daí em diante, pode-se dizer que teve início o desenvolvimento do setor, inclusive com a sua reformulação.

Com a Lei 4.117, previa-se a criação de um Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT), cujas funções eram a unificação dos serviços básicos da rede e a criação de uma empresa pública, que ficaria encarregada de realizar as ligações internacionais. Em 1965, foi criada a Embratel, nos moldes do CBT. Essa empresa administrava além dos recursos próprios provenientes das tarifas de serviços, um fundo - Fundo Nacional de Telecomunica-

ções (FNT), que era constituído de uma sobretarifa de 30%, cobrada sobre todos os serviços de telecomunicações prestados no país. Tal fundo seria utilizado para promover o desenvolvimento tecnológico do setor e a expansão da rede de telefonia. Estudos desta época apontavam a necessidade de se investirem 900 milhões de dólares em 2 anos para disponibilizar 1,2 milhão de linhas telefônicas, de acordo com Moreira (1989), o que justificava a iniciativa do governo em obter recursos para investir no setor. Também era função da Embratel dar início ao processo de capacitação tecnológica do setor, criar uma infra-estrutura de telecomunicações no país e capacitar recursos humanos necessários para viabilizar o desenvolvimento de tecnologias. A questão da mão-de-obra especializada era um grande problema, uma vez que as tecnologias utilizadas eram quase totalmente importadas, o que dificultava ainda mais o aprendizado. As universidades e os centros de pesquisa tiveram um papel fundamental para o setor, no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas e na qualificação de recursos humanos.

Cumprida esta etapa, o governo brasileiro deu início à monopolização dos serviços de telefonia, com o intuito de promover a unificação da rede. Em 1966, adquiriu a CTB, que estava sob sua intervenção desde 1962, e também suas empresas associadas, a Companhia Telefônica Brasileira de Minas Gerais e a Companhia Telefônica do Espírito Santo. Estas três empresas respondiam por 62% dos telefones instalados no país e operavam numa área que abrangia 45% da população brasileira. A negociação foi no valor de US\$ 96.315.787, com prazo de pagamento em 20 anos. Estas empresas pertenciam a *Brazilian Traction*, de capital canadense. Neste mesmo ano, o governo desapropriou através do governo do Rio Grande do Sul, a Companhia Telefônica Nacional (CNT), uma filial da ITT norte-americana.

O sistema de telecomunicações já estava quase totalmente sob o monopólio do Estado quando, em 1967, a Constituição determinou que a União detivesse o poder de concessão do serviço. Neste ano, também foi criado o Ministério das Comu-

nicacões (Minicom), através do Decreto-lei 200/67, que passou a controlar o CONTEL, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) a CTB e o FNT.

Dando continuidade ao processo de reestruturação do setor, foi criada em 1972 a Telebrás (Lei 5.792), para coordenar todo o desenvolvimento das telecomunicações no país, sobretudo os serviços locais, então caóticos e carentes de investimentos muito volumosos. A Telebrás veio, portanto, preencher essa lacuna com a flexibilidade de uma organização empresarial privada, para implementar a política geral de telecomunicações estabelecida pelo Ministério das Comunicações. Era o dispositivo que faltava para o governo brasileiro conseguir promover de forma consistente o desenvolvimento dos serviços e o crescimento do setor de telecomunicações, integrando-o e unificando os principais tipos de serviços prestados pelas empresas.

A Telebrás foi constituída como uma empresa de economia mista e funcionava como *holding* das empresas do sistema. A primeira grande tarefa da Telebrás foi a incorporação das operadoras locais e, desta ação, resultou o sistema Telebrás (STB), constituído de 22 subsidiárias e 4 associadas. A natureza jurídica da Telebrás permitiu ao Estado atuar de forma eficiente no alcance de seus objetivos, já que, na criação da empresa, detinha 51% do capital votante. Isto permitiu ao governo centralizar a gestão de recursos financeiros, aumentando o poder político e decisório do Minicom sobre as operadoras do sistema. Com a criação da Telebrás, tornou-se possível formar uma rede nacional de telecomunicações. A Telebrás passou então a coordenar, planejar e empresariar as empresas operadoras dos serviços públicos de telecomunicações, reduzindo drasticamente a quantidade de empresas atuantes no sistema, que, em 1971, eram mais de 900 no total.

Um dos principais problemas que a Telebrás encontrou, já no primeiro ano de funcionamento, referia-se à tecnologia, que era importada. Foram, então, desenvolvidos, junto com grupos universitá-

rios, projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P & D), a fim de promover o desenvolvimento tecnológico e formar recursos humanos para operar o setor de telecomunicações.

A atuação do novo modelo proporcionou avanços consideráveis, já que, em 1972, existiam apenas 13.000 telefones públicos em serviço e, ao final de 1977, este número era superior a 31.000. O sistema Discagem Direta a Distância (DDD), que não necessita de auxílio de telefonistas, em 1974, atendia a 156 localidades e, ao final de 1977, atendia por volta de 533 cidades.

Com o intuito de modernizar os serviços de telecomunicações, foi criado, em 1976, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), que era vinculado diretamente à Telebrás e tinha a função de gerir todas as atividades relacionadas a P & D do Minicom e também coordenar programas de intercâmbio com as principais universidades do país e parcerias com a indústria nacional.

Com a criação dos órgãos CPqD, Minicon, CONTEL, CTB, FNT, Embratel e, principalmente, a Telebrás, o Estado passava a monopolizar os serviços de telecomunicações e a definir todas as suas normas de planejamento e investimentos. Durante o restante da década de 70 e de 80, o governo brasileiro administrou o sistema com base no modelo institucional criado. Não houve alterações significativas no sistema, sendo que a maior delas e mais importante foi a redução do grande número de operadoras que, de mais de 900 em 1970, passou para 135 em 1985, sendo que apenas 32 delas (pertencentes ao sistema Telebrás) viriam a concentrar 98% do tráfego telefônico. (ANATEL, 2000; BRASIL, 2000).

3 - REESTRUTURAÇÃO DA TELEFONIA NA DÉCADA DE 90

No início da década de 90, o governo começou a rever sua posição no setor, já que não mais conseguia investir o suficiente para acompanhar sua evolução tecnológica. A crescente importância das telecomunicações no contexto econômico mundial

era inegável, e requeria um esforço de investimento cada vez maior, capaz de dinamizar os sistemas tecnológicos do setor e permitir um melhor desempenho das atividades que dependiam deste serviço.

Diante de suas limitações financeiras, o governo brasileiro adotou a privatização dos serviços como solução para este problema, que se constituiu num processo bem complexo, envolvendo várias etapas em termos de legislação. Para fins de melhor entendimento, podemos resumi-lo em seis etapas, que são:

1) Aprovação da Emenda Constitucional nº 08/95, que quebrou a exclusividade do monopólio estatal dos serviços de telecomunicações, que havia sido instituído na Constituição de 1988.

2) Aprovação da Lei 9.295 (de 07/96), que estabeleceu critérios para concessão de serviços de telecomunicações ainda não explorados como serviço móvel celular, serviço via satélite e outros, além de estabelecer os aspectos jurídicos para as licitações de concessão de exploração dos serviços de telefonia celular na chamada Banda B.

3) O estabelecimento da Lei Geral das Telecomunicações (de nº 9.472 de 07/97), que tratou da reestruturação do setor, instituindo o seu novo modelo organizacional, além de criar a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão que, a partir de então, seria responsável pela fiscalização, normatização e implementação de um novo modelo tarifário para o setor, já que o modelo utilizado continha subsídios cruzados, mantidos por parte do governo federal. Foi uma lei importante porque tratou dos serviços de telecomunicações como um todo, dando uma nova classificação para os serviços, dividindo-os em regime de exploração (público e privado) e quanto à abrangência de interesses (restrito ou coletivo), além de criar a agência reguladora com autonomia para exercer sua função. Com essa classificação, para cada categoria de serviço passou a existir uma legislação específica.

4) Decreto 2.534 (de 04/98), que instituiu o Plano Geral de Outorgas (PGO). Este plano definiu as áreas de atuação das novas empresas a prestar

os serviços de telefonia fixa (empresas concessionárias), assim como os parâmetros de concorrência no setor após a abertura do mercado, e as normas para futuras autorizações das empresas-espelho². A partir dessa abertura, passaram a existir dois tipos de empresas operando no setor: as concessionárias, que adquiriram por meio da privatização as estatais pertencentes ao Sistema Telebrás (telefonia móvel e fixa); e as empresas-espelho que participam de licitações para explorar os serviços de telefonia (fixa e móvel) e concorrem com as empresas concessionárias.

5) Reestruturação do Sistema Telebrás. A reestruturação ocorreu a partir da divisão do território nacional em três regiões geográficas de telefonia fixa local, que serão exploradas por três empresas concessionárias (*holdings*), e uma região (todo o país) de operadora de longa distância. As empresas de telefonia fixa local podem realizar ligações interurbanas dentro da sua própria área de atuação, sendo que as ligações de longa distância nacional e internacional ficaram a cargo da Embratel e da empresa-espelho autorizada, a INTELIG. Na telefonia móvel, houve a criação de concessionárias regionais de telefonia celular (chamada Banda A) para operarem em regiões preestabelecidas.

6) Fixação das normas para autorização das empresas-espelho, nas áreas em que operam as empresas concessionárias de telefonia fixa e celular (Banda A). As empresas autorizadas, embora concorram com as empresas concessionárias, tiveram definições de áreas diferentes na telefonia celular (Banda B), permanecendo as mesmas para as de telefonia fixa, conforme é demonstrado nas FIGURAS 1 e 2. Está prevista também a autorização de funcionamento de empresas-espelho³.

² Empresas-espelho (consórcios) são aquelas empresas autorizadas a explorar os serviços de telefonia a partir de contratos decorrentes de concorrência vencida em processo de licitação.

³ Empresas espelho atuarão nas cidades, concorrendo com as empresas concessionárias no fornecimento de linhas telefônicas e ligações locais.

Com a privatização dos serviços de telefonia e a reestruturação do antigo Sistema Telebrás, ocorreu a cisão de cada operadora do antigo sistema em operadoras de telefonia fixa e de celular. (ANATEL, 2001a)

4 - SERVIÇOS DE TELEFONIA

4.1 - Telefonia Fixa

No segmento de telefonia fixa, o país foi dividido em três regiões para operadoras locais e uma região para a telefonia de longa distância, para empresas concessionárias e autorizadas, conforme apresentado nos QUADROS 1 e 2.

Verifica-se, no QUADRO 2 acima, que as regiões de atuação das empresas foram distribuídas de forma não convencional, feita de forma estratégica, para anexar Estados como Amapá, Amazonas e Roraima, à região Sudeste. Estes três Estados têm uma baixa densidade telefônica e um menor nível de atividade industrial, tornando-os menos atrativos em relação à Região Sudeste, que apresenta uma taxa de lucratividade bem mais promissora para o setor. Caso este mecanismo não fosse utilizado, ou seja, caso os Estados citados ficassem dentro da divisão geográfica convencionalmente utilizada, dificilmente seriam encontradas empresas interessadas em explorar estas áreas ou, então, que estariam dispostas a explorá-las, mas não de acordo com as tarifas fixadas pela Anatel. Estas *holdings* que prestam os serviços mantêm operadoras locais em cada Estado, como no antigo sistema da Telebrás. Neste quadro também, são mostrados os principais acionistas do sistema, com destaque para o capital estrangeiro, que aparecem por meio de bancos e empresas.

Na telefonia fixa, as empresas concessionárias assinaram contrato de concessão até o final de 2005, podendo ser prorrogado por mais 20 anos. As empresas têm obrigações contratuais a cumprir de acordo com as metas de universalização e de continuidade dos serviços de telefonia, determinadas periodicamente através do Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal (PASTE), e da Anatel. Este plano

Regiões	Holding/Concessionária	Área geográfica correspondente	Principais acionistas
I ^a	Tele Norte Leste (Telemar)	Regiões Sudeste e Nordeste e Estados do Pará, Amapá, Amazonas e Roraima	Andrade Gutierrez; Inepar; Macal; BNDES Participações e Seguradoras do Banco do Brasil
II ^b	Tele Centro Sul	Distrito Federal e Estados do Rio G. do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre	Itália Telecom Timepart Techold
III ^c	Telesp	Estado de São Paulo	Telefônica; Iberdrola; Banco Bilbao
IV	Embratel	Nacional - Longa Distância	MCI (Estados Unidos)

QUADRO 1 - DIVISÃO DO TERRITÓRIO NO SEGMENTO DE TELEFONIA FIXA BRASILEIRO – EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS

FONTE: Pires (2000)

^a Exceto área de atuação da Cia. de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC).

^b Exceto área de atuação da Sercomtel-Londrina, da CTBC, da Cia. Rio-grandense de Telecomunicações (CRT) e da Cia. Telefônica Melhoramento e Resistência (CTMR), de Pelotas/Rio Grande do Sul e redondezas.

^c Exceto área de atuação das Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto (CETERP), da CTBC e da Companhia. Telefônica de Borda do Campo (CTBC).

Regiões	Consórcio	Área geográfica correspondente	Principais Acionistas
I	Vesper S. A.	Regiões Sudeste e Nordeste e Estados do Pará, Amapá, Amazonas e Roraima	Bell Canada; WLL (Estados Unidos); Qualcomm;
II	Global Village Telecom	Distrito Federal e Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia e Acre	Megatel Bell Canada; WLL (EUA) Qualcomm; SLI Wireless Grupo Liberman (Argentina)
III	Vesper SP	Estado de São Paulo	Bell Canada; WLL –EUA; Qualcomm;
IV	Bonari (Intelig)	Nacional (Longa Distância)	Bonari Sprint (EUA) France Telecom National Grid (Grã-Bretanha)

QUADRO 2 - DIVISÃO DO TERRITÓRIO NO SEGMENTO DE TELEFONIA FIXA BRASILEIRO – EMPRESAS AUTORIZADAS (EMPRESAS-ESPELHO)

FONTE: Pires (2000); Agência... (2002c)

de metas foi regulamentado pelo Decreto 2.592 de maio de 1998, que determinou metas a serem cumpridas pelas empresas, no que se refere ao número de terminais instalados, índices de qualidade de atendimento aos usuários e demais metas para o setor. Em relação ao cumprimento destas últimas, pode-se destacar o empenho das empresas concessionárias de telefonia fixa na instalação de novos terminais, que vêm crescendo substancialmente nos últimos dois anos, conforme será mostrado na parte final deste artigo. Outro fator que tem estimulado as empresas concessionárias a expandir a instalação de terminais é que, se a expansão for feita em tempo menor do que aquele estipulado pelas metas da Anatel, elas poderão, mais rapidamente, explorar outros tipos de serviços de telefonia. A instalação de novos terminais é atraente para as empresas porque, a partir da instalação destes, estas empresas passam a ter uma receita mensal proveniente de tarifas de assinatura da linha, além das receitas provenientes de tarifas sobre a prestação dos demais serviços.

O segundo tipo de empresas que operam na área de telefonia fixa corresponde às empresas-espelho, vencedoras das licitações realizadas para exploração dos serviços. Estas empresas não têm compromissos com metas de alguns programas definidos pela Anatel, mas sim com os termos do contrato decorrente da licitação. A área de telefonia fixa terá inicialmente três empresas-espelho concorrendo com as três concessionárias existentes, e mais uma empresa-espelho será autorizada a prestar serviços de ligações a longa distância, concorrendo com a Embratel. As empresas têm tarifas liberadas e também poderão revender os serviços das concessionárias.

As concessionárias levam uma vantagem interessante em relação às empresas-espelho, pois já têm plantas instaladas, o que lhes garante geração de caixa, facilitando a obtenção de recursos para novos investimentos e desenvolvimento tecnológico de novos serviços. Em contrapartida, precisam cumprir metas estabelecidas nos contratos de concessão, sob pena de perderem tal concessão, caso não cumpram o estabelecido. Outra desvantagem

é que essas três operadoras concessionárias são formadas por várias concessionárias estaduais, que compunham o antigo Sistema Telebrás. (PIRES, 2000). As operadoras estaduais, como já mencionado, funcionavam com diferentes padrões tecnológicos, dependendo do tipo e qualidade dos equipamentos que utilizavam.

Além das empresas citadas acima, existem as que não faziam parte do Sistema Telebrás, que são quatro no total - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC); Companhia. Rio-grandense de Telecomunicações (CRT); Companhia. Telefônica de Melhoramento e Resistência (CTMR) e Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto (CETERP), que também foram privatizadas, embora fossem operadoras independentes. Estas quatro operadoras representam juntas menos de 10% dos terminais instalados no país e também estarão obrigadas a cumprir o plano de metas definido para o setor.

Na TABELA 1, é possível verificar a fatia de mercado de cada tipo de empresa operadora nas regiões da telefonia fixa.

Como pode ser verificado no quadro acima, as empresas concessionárias dominam de forma incontestável o mercado de telefonia fixa no país, no que se refere ao número de acessos fixos instalados. Isto significa que, de maneira geral, a receita de serviços destas empresas (concessionárias) será superior à das empresas autorizadas na mesma proporção. Para que isto não ocorresse, estas últimas teriam que superar em volume as receitas por consumidor, ou seja, ter consumidores que rendessem receitas suficientemente altas, para superar o volume auferido pelas empresas concessionárias, o que parece ser improvável, devido à discrepância em relação à fatia de mercado detida por cada um desses grupos.

A região I, que representa 46% do total de acessos fixos instalados no país, é a que apresenta maior participação por empresa autorizada no mercado (15%). Esta região possui 21,9 milhões de acessos fixos instalados, sendo que 3,3 milhões pertencem à empresa autorizada e 18,6 milhões à empresa concessionária.

TABELA 1
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TELEFONIA FIXA –
ACESSOS INSTALADOS ATÉ 2001

Regiões	Prestadoras	Acessos Fixos Instalados - milhões	Participação % por prestadora na Região	Participação % da Região no país
I	Concessionária	18,6	85	46
	Autorizada	3,3	15	
	Total	21,9	100	
II	Concessionária	10,3	92	23
	Autorizada	0,9	8	
	Total	11,2	100	
III	Concessionária	13,5	92	31
	Autorizada	1,2	8	
	Total	14,7	100	
Brasil	Concessionária	42,4	89	100
	Autorizada	5,4	11	
	Total	47,8	100	

FONTE: Agência... (2002c)

Já as regiões II e III participam, respectivamente, com 23% e 31% do total de acessos fixos instalados no país, tendo menor participação da empresa autorizada no mercado (8% em ambas).

Na consolidação dos dados, o domínio das empresas concessionárias fica ainda mais evidente, com 89% dos acessos instalados, enquanto as empresas autorizadas representam 11% do mercado.

É importante mencionar que as empresas concessionárias herdaram do antigo Sistema Telebrás o mercado existente até a época da privatização e, com isto, uma posição mais confortável que suas concorrentes, pois este mercado já gerava receitas. As empresas autorizadas, assim, tiveram que conquistar consumidores que ainda não eram atendidos, ou fazer com que aqueles atendidos pelas empresas concessionárias desistissem destas e passassem a utilizar seus serviços.

4.2 - Telefonia Celular

No segmento de telefonia celular, a privatização ocorreu de forma semelhante ao segmento de telefonia fixa. O país foi dividido em dez áreas para

concessionárias (Banda A) e dez áreas para atuação das empresas-espelho (Banda B). Esta divisão foi feita com os mesmos propósitos daquela feita na telefonia fixa, anexando regiões menos atrativas a outras mais lucrativas. Existem, portanto, nove concessionárias (Banda A) remanescentes do antigo Sistema Telebrás (porém já privatizadas) e dez empresas-espelho que foram autorizadas a explorar o serviço de telefonia móvel (Banda B).

Na telefonia móvel, as empresas concessionárias têm as mesmas vantagens que as empresas concessionárias de telefonia fixa têm, pois também já possuem plantas instaladas.

A telefonia móvel vem apresentando enormes taxas de crescimento, em função da demanda reprimida até então existente e das modalidades de assinaturas oferecidas pelas operadoras, que atraem diversos tipos de usuários. O lançamento de planos de assinaturas a preços mais populares atraiu um grande número de assinantes, elevando razoavelmente a demanda por linhas e aparelhos. Dentre os acessos móveis instalados, o tipo pré-pago (cartão) representava 68% do total, até dezembro de

2001. Isto significa que 19 milhões, num total de 27, utilizam a modalidade pré-pago.

Além das Bandas A e B, existem também as Bandas C, D e E. Em 2001, o governo realizou dois leilões (fevereiro e agosto de 2001) para exploração da chamada Banda C. Os dois leilões fracassaram, por não haver compradores. Já na Banda D, o leilão ocorrido em fevereiro de 2001 permitiu a exploração de três regiões, correspondentes às áreas da telefonia fixa. A Telemar Norte Leste arrematou a área correspondente à região de sua atuação (Região I) e a TIM – Telecom Itália Móvil arrematou a área correspondente ao Estado de São Paulo, e a

área da Tele Centro-Sul. O leilão da Banda E ocorreu em março de 2001, mas apenas a área correspondente à região I da telefonia fixa foi vendida. A TIM – Telecom Itália Móvil comprou o direito de explorar a área por R\$ 990 milhões. Para as outras duas regiões não houve interessados. Em março de 2002, foi realizado novo leilão com o objetivo de vender a concessão das áreas remanescentes das Bandas D e E, mas sem sucesso.

Os QUADROS 3 e 4 trazem um resumo geral do quadro da telefonia celular no país, relativos às Bandas A e B, que são as mais importantes até o presente momento.

A	Área	Concessionária Banda A	Principais Acionistas
1	São Paulo (Capital)	Telesp Celular	Portugal Telecom e Portelcom
2	São Paulo (Interior)	Telesp Celular	CTBC Celular, Algar Telecom
3	Rio de Janeiro e Espírito Santo	Telefônica Celular	Sudeste Cel; Telefônica S. A. Tagilo Participações
4	Minas Gerais	Telemig Celular	Telepart e Fundos de Pensão
5	Paraná e Santa Catarina	Tele Celular Sul Sercomtel Celular	Bitel Participações e Fundos de Pensão Prefeitura de Londrina; Copel
6	Rio Grande do Sul	Telefônica Celular CTMR Celular	TBS; Telefônica Modeles; Inbrug; Brasil Telecom e Tim Sul
7	Distrito Federal, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre	Tele Centro-Oeste Celular	Telesp Celular; Portugal Telecom
8	Amazonas, Pará, Roraima, Amapá e Maranhão	Amazônia Celular	Telepart; Previ
9	Bahia e Sergipe	Telefônica Celular	Iberdoleste Participações S. A. Telefônica
10	Piauí, Paraíba, Rio G. do Norte, Ceará, Pernambuco e Alagoas	Tele Nordeste Celular	Bitel; Previ; Tanlay; Latinvest

QUADRO 3 - PRIVATIZAÇÃO NO SEGMENTO DE TELEFONIA CELULAR – BANDAS “A”

FONTE: BNDES (2001); Branco Neto (2001a)

B	Área	Autorizadas Banda B	Principais Acionistas
1	São Paulo (Capital)	BCP	BCP; Bell South (Estados Unidos) Splice; Oesp; Safra
2	São Paulo (Interior)	Tess	Tess; Tel Investimentos; Eriline; Telecom Américas
3	Rio de Janeiro e Espírito Santo	ATL	ATL; Algar Telecom; SBCI; Telecom Américas
4	Minas Gerais	Maxitel	Maxitel; Telecom Italia; UGB; Vicunha
5	Paraná e Santa Catarina	Global Telecom	Portugal Telecom
6	Rio Grande do Sul	Telet ^a	Telecom Américas; BNDESPar
7	Acre, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins	Americel	Telecom Américas; BNDESPar
8	Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Roraima	Splice/Inepar	TCO Participações
9	Bahia e Sergipe	Maxitel	Maxitel; Telecom Italia
10	Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco.	BSE	BSE; Bell South (Estados Unidos) Splice; Oesp; Safra

QUADRO 4 - PRIVATIZAÇÃO NO SEGMENTO DE TELEFONIA CELULAR – BANDAS “B”

FONTE: BNDES (2001); Branco Neto (2001a)

Como pode ser verificado nos quadros acima, há a presença maciça do capital externo, tanto nas empresas concessionárias como nas autorizadas (consórcios), refletindo o grau de penetração dos investimentos externos no setor. Portanto, qualquer que seja a concentração de mercado, tanto na Banda A quanto na B, o setor estará sob o domínio do capital estrangeiro.

A participação das empresas-espelho também vem crescendo no setor. Em janeiro/99, a Banda A (concessionárias privatizadas) detinha 81,07% do mercado e a Banda B (empresas-espelho), 18,93%. (AGÊNCIA..., 2002c). Em dezembro de 2001, as empresas da Banda A detinham 67,10% dos acessos móveis instalados e as da Banda B, 32,90%. Em todas as re-

giões do país, as empresas da Banda A dominam o mercado, sendo que a região 3, que corresponde ao Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, apresenta menor disparidade entre as empresas, com 61,60% para a Banda A e 38,40% para a Banda B.

A TABELA 2, a seguir, demonstra a situação de competição entre as operadoras das Bandas A e B.

As operadoras das Bandas D e E, que tiveram as licenças vendidas em 2001, renderam R\$ 3,6 bilhões ao governo brasileiro e entrarão em operação em 2002, explorando uma parcela pequena do mercado.

O QUADRO 5, a seguir, demonstra as regiões em que essas empresas estarão operando.

TABELA 2
FATIA DE MERCADO DAS OPERADORAS
DAS BANDAS A E B POR REGIÃO

Regiões	% do mercado atendido pela Banda A	% do mercado atendido pela Banda B
1	66,00	34,00
2	66,10	33,90
3	61,60	38,40
4	72,30	27,70
5	65,40	34,60
6	69,80	30,20
7	77,00	23,00
8	68,50	31,50
9	64,00	36,00
10	65,30	34,70
Brasil	67,10	32,90

FONTE: Agência... (2002c)

Em suma, o governo brasileiro desempenhou o papel de empresário no segmento de serviços de telecomunicações, desde a década de 70 até meados da década de 90, quando decidiu eliminar o monopólio do setor, repassando-o à iniciativa privada. A função delegada ao novo proprietário seria a de transformar o setor, a fim de que este pudesse atender uma grande demanda reprimida e realizar os investimentos necessários para permitir o desenvolvimento e crescimento do setor, acompanhando o rápido avanço tecnológico que ocorre no âmbito mundial. Grande parte desta função foi repassada ao capital externo, que assumiu uma parcela significativa do mercado de telecomunicações.

5 - ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS FEITOS NO SEGMENTO DE SERVIÇOS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

5.1 - Investimentos Feitos no Sistema Telebrás

Os investimentos do Sistema Telebrás ficaram, de certa forma, prejudicados no período inflacioná-

rio. Este fato ocorreu porque uma boa parte dos recursos necessários para investimentos vinha das tarifas cobradas pela prestação de serviços de telefonia. Com a inflação em nível alto, da década de 80 até meados da década de 90, houve uma perda do valor real das tarifas. Como o setor de telecomunicações é muito dinâmico, exigindo uma constante atualização da tecnologia utilizada e, portanto, um alto nível de investimentos, foram feitos financiamentos e empréstimos para garantir ao setor parte dos recursos necessários. Na década de 70, por exemplo, a captação de recursos, por meio dessas duas fontes, chegou a representar mais de 50% em alguns anos, e nunca inferior a 30%. Mais recentemente, nos anos de 1988/1989 e 1991/1992, os recursos provenientes destas modalidades chegaram a representar mais de 20% do total, mas de maneira geral, tiveram menor importância.

O Fundo Nacional de Telecomunicações, criado na década de 70, a partir de um percentual cobrado sobre as tarifas de serviços, tinha como finalidade constituir um caixa destinado a cobrir investimentos do sistema, mas foi extinto em 1986. Este

Regiões	Área	Autorizadas Banda D	Autorizadas Banda E
1	São Paulo (Capital)	Starcel – Telecom Itália	—
2	São Paulo (Interior)	Starcel – Telecom Itália	—
3	Rio de Janeiro e Espírito Santo	Tele Norte Leste Participações	Unicel - Telecom Itália
4	Minas Gerais	Tele Norte Leste Participações	Unicel - Telecom Itália
5	Paraná e Santa Catarina	Blucel - Telecom Itália	—
6	Rio Grande do Sul	Blucel - Telecom Itália	—
7	Acre, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Tocantins	Blucel - Telecom Itália	—
8	Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Roraima	Tele Norte Leste Participações	Unicel - Telecom Itália
9	Bahia e Sergipe	Tele Norte Leste Participações	Unicel - Telecom Itália
10	Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte	Tele Norte Leste Participações	Unicel - Telecom Itália

QUADRO 5 - REGIÕES DE ATUAÇÃO DAS OPERADORAS DAS BANDAS D E E A PARTIR DE 2002

FONTE: BNDES (2001)

recurso vinha sendo lançado num caixa único do governo federal e, portanto, sem um controle rígido de sua aplicação, podendo ser destinado a outros setores. O GRÁFICO 1 registra os investimentos feitos no sistema, nesse período.

Como pode ser verificado, o volume de investimentos foi reduzido significativamente em meados da década de 80, período de recessão da economia brasileira que ainda comportava um ambiente altamente inflacionário. Os investimentos nesta época estiveram abaixo dos praticados na segunda metade da década de 70. Na década de 90, tem-se um aumento do volume de investimentos no Sistema Telebrás, período em que o governo mais investiu no setor. Somente nos anos 1995 e 1996, foram investidos no Sistema Telebrás cerca de US\$ 11

bilhões. A partir de 1996, os investimentos passaram a ser bem mais significativos, em grande parte decorrentes do processo de privatização dos serviços de telefonia, atraindo investimentos privados para o sistema.

5.2 - Análise dos Ieds no Segmento de Serviços do Setor de Telecomunicações

Com relação aos investimentos estrangeiros, pode-se dizer que, na década de 90, foram retiradas inúmeras barreiras à entrada destes, resultando num volume de investimentos bastante significativo no setor de telecomunicações e também na economia de maneira geral. Atraído pelas oportunidades de explorar áreas altamente lucrativas, até então de exclusividade do Estado, o capital es-

Investimentos no Sistema Telebrás

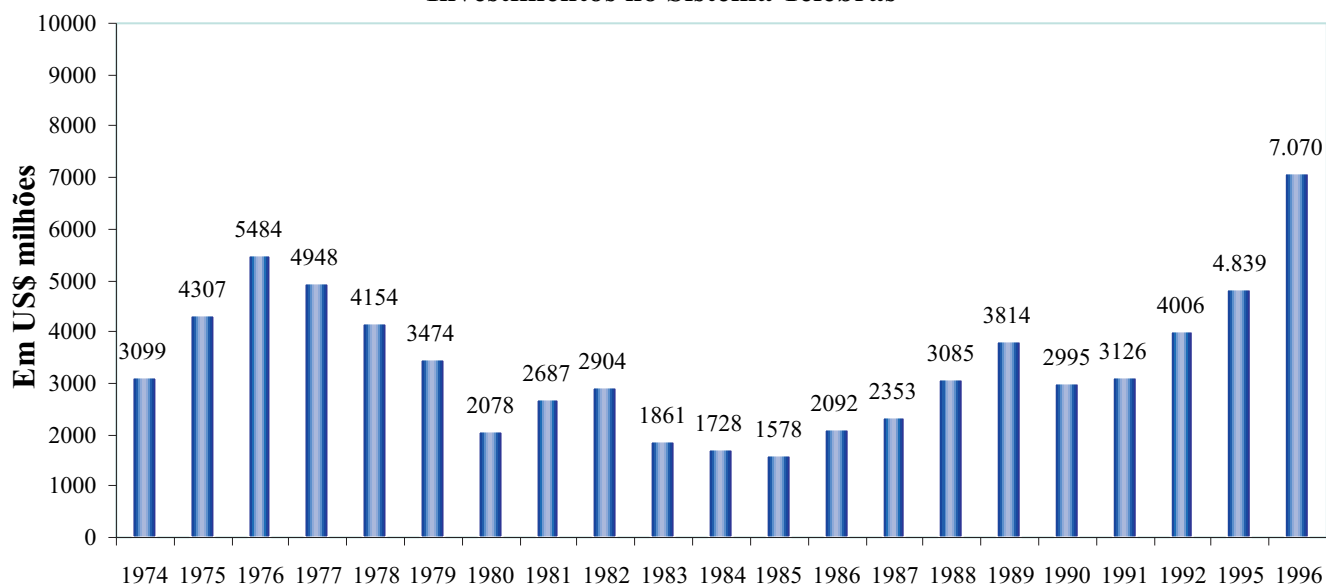


GRÁFICO 1 - INVESTIMENTOS NO SISTEMA TELEBRÁS

FONTE: Pessini (1993); Dados da Telebrás de 2000

* Atualizados de acordo com a inflação americana (2002 até set = 100) (U.S. Bureau of Labor Statistics, 2002)

trangeiro invadiu o país sob diversas formas. Dentre as privatizações realizadas durante a década de 90, as do setor de telecomunicações foram as mais procuradas pelo capital externo, como é mostrado na TABELA 3.

O governo brasileiro arrecadou, com as privatizações ocorridas na década de 90, cerca de US\$ 82 bilhões. Deste total, US\$ 39 bilhões correspondem a investimentos estrangeiros diretos, ou seja,

47,55% do total arrecadado, conforme é demonstrado na tabela acima. Especificamente no setor de telecomunicações, os investimentos externos diretos representaram 59,35% do capital, enquanto o capital nacional representou apenas 40,65%. Estes números demonstram a importância do capital externo no contexto das privatizações, principalmente, do setor de telecomunicações.

O país que mais investiu nas privatizações

TABELA 3

PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES PERÍODO DE 1991 A 2000 - EM US\$ MILHÕES

Capital	Privatizações do setor de telecomunicações	%	Privatizações totais	%
Externo	16.011,00	59,35	39.136,00	47,55
Nacional	10.967,00	40,65	43.175,00	52,45
Total	26.978,00	100,00	82.311,00	100,00

FONTE: Elaboração própria baseado nos dados do Banco Central (2002)

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DE
TELECOMUNICAÇÕES NO PERÍODO DE 1991 A 2000 - EM US\$ MILHÕES

Origem do capital	Privatizações do setor	AV(1) %	Privatizações totais	AV(2) %	AH (3) %
Espanha	5.042,00	31,49	12.675,00	32,39	39,78
Portugal	4.224,00	26,38	4.882,00	12,47	86,52
EUA	3.692,00	23,06	13.565,00	34,66	27,22
Itália	1.220,00	7,62	1.362,00	3,48	89,57
Canadá	671,00	4,19	692,00	1,77	96,97
Suécia	599,00	3,74	599,00	1,53	100,00
Korea	265,00	1,66	265,00	0,68	100,00
Japão	256,00	1,60	264,00	0,67	96,97
Inglaterra	21,00	0,13	715,00	1,83	2,94
Argentina	11,00	0,07	159,00	0,41	6,92
França	10,00	0,06	686,00	1,75	1,46
Outros	0,00	0,00	3.272,00	8,36	0,00
IED total	16.011,00	100,00	39.136,00	100,00	40,91

FONTE: Elaboração própria baseado nos dados do Banco Central (2002)

Análise vertical: participação dos investimentos do(s) país(es) em relação aos IED totais na privatização do setor de telecomunicações brasileiro. Análise vertical: participação dos investimentos do(s) país(es) em relação aos IEDs totais realizados em privatizações no Brasil.

Análise horizontal: participação dos investimentos do(s) país(es) em privatizações do setor de telecomunicações em relação aos investimentos totais do país em privatizações no Brasil.

brasileiras foram os Estados Unidos, com cerca de US\$ 13,5 bilhões, representando 34,66% do total de investimentos nesta área no país. Em segundo lugar ficou a Espanha, com mais de US\$ 12,6 bilhões (32,39%), seguida por Portugal, com US\$ 4,8 bilhões (12,47%) e Itália, com US\$ 1,3 bilhões investidos (3,48%).

Especificamente em relação às privatizações do setor de telecomunicações (TABELA 4), os países que mais investiram foram Espanha, Portugal e Estados Unidos, com 31,49%, 26,38% e 23,06%, respectivamente, seguidos por Itália (7,62%), Canadá (4,19%) e Suécia (3,74%). Para países como Suécia e Coreia do Sul, dos investimentos feitos em privatizações no país, 100% foram em telecomunicações, assim como Portugal, Itália, Canadá e Japão, que também fizeram a maioria desses investimentos em telecomunicações.

Pode-se concluir que o capital estrangeiro teve um papel fundamental nas privatizações brasileiras e, diante das facilidades e atrativos oferecidos pelo governo, vem ganhando cada vez mais espaço na economia brasileira, dominando alguns segmentos importantes, independentemente de privatizações. Só em 2000, o país recebeu US\$ 32,8 bilhões de IED líquidos e, em 2001, este número foi de US\$ 22,6 bilhões. Os Estados Unidos foram o país que mais investiu no Brasil (US\$ 4,5 bilhões), em 2001, seguido da Espanha (US\$ 2,8 bilhões).

Dentre os setores que foram o destino destes investimentos, pode-se dar destaque ao de serviços, que recebeu em torno de US\$ 12,6 bilhões. Os segmentos de Correios e Telecomunicações receberam juntos US\$ 4,1 bilhões. Destes, US\$ 622 milhões se referem às privatizações do setor de telecomunicações.

O papel do governo brasileiro, nessa nova fase da industrialização brasileira, é acompanhar a atua-

ção do capital externo no exercício das atividades econômicas e mensurar seus reflexos no funcionamento da economia.

6 - IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO DO SEGMENTO DE SERVIÇOS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O CONSUMIDOR BRASILEIRO

6.1 - Telefonia Fixa

A privatização do serviço de telefonia fixa trouxe um grande ganho aos usuários desta modalidade. Na época do monopólio estatal, a Telebrás não atendia a demanda dos usuários por linhas telefônicas.

Existia um grande mercado paralelo de comércio e aluguel de linhas. Com a privatização, houve um aumento no número de terminais/ano, praticamente extinguindo o comércio paralelo de linhas. A evolução do número de usuários atendidos pode ser visualizada no GRÁFICO 2.

No período 1994-1997, foram instalados 7,2 milhões de terminais, enquanto entre 1999 e 2001 foram instalados 25,6 milhões de acessos; ou seja, em dois anos de privatização da telefonia fixa, foram instalados mais que o triplo de terminais que o governo instalou nos seus últimos quatro anos de monopólio. Em 2001, foram acrescentados cerca de 9,8 milhões de terminais, representando um aumento de 24,8% em relação ao ano anterior. Este

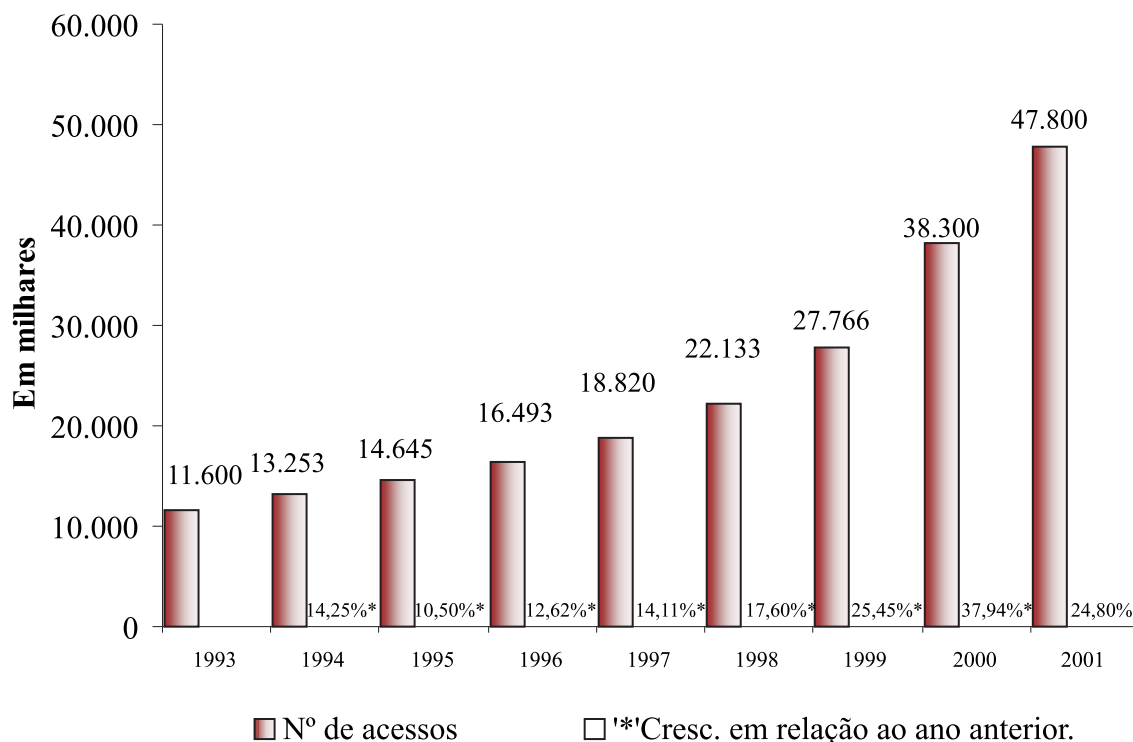


GRÁFICO 2 - NÚMERO DE ACESSOS FIXOS INSTALADOS - 1993-2001

FONTE: Agência... (2002c)

TABELA 5
EVOLUÇÃO DAS TARIFAS LOCAIS DA
TELEFONIA FIXA 1993-2000-EM REAIS

Serviço telefônico fixo local	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Assinatura básica mensal ¹ :								
Residencial	0,90	0,72	0,82	3,00	7,78	10,00	10,89	14,11
Comercial	7,87	8,52	7,28	10,46	13,50	15,00	16,33	21,97
Serviço Medido (por pulso)	0,04	0,03	0,04	0,04	0,05	0,06	0,06	0,07

FONTE: Balanço da Telemar, de 1998; Relatório Anual da Telebrás, de 2000

¹ Média de tarifas mensais, descontados os impostos

crescimento permitiu ao país chegar a 47,8 milhões de terminais instalados. Este número demonstra que em pouco mais de dois anos de privatização, foi dobrada a quantidade de terminais instalados, já que, ao final de 1998, o país possuía 22,1 milhões de terminais instalados; ou seja, neste pouco espaço de tempo foram instalados mais terminais que em toda a história da telefonia no país.

De acordo com o plano de metas da Anatel, qualquer localidade que tenha pelo menos 1.000 habitantes deverá ter no mínimo um telefone público, em funcionamento vinte e quatro horas por dia. Em dezembro de 2001, o país contava com mais de 1,4 milhão de telefones públicos instalados, enquanto em 1994 este número era de apenas 300 mil.

Se houve benefícios para o consumidor quanto ao número de terminais instalados, o mesmo não ocorreu com as tarifas cobradas pelas empresas do sistema; pelo contrário, na telefonia fixa, tiveram uma alta considerável (TABELA 5).

Na TABELA 5, constam alguns serviços prestados pelas empresas que tiveram aumento de tarifas. A tarifa de assinatura básica mensal residencial foi a que mais subiu, passando de R\$ 0,90, em 1993, para R\$ 14,11, em 2000. Observa-se, com isso, que o consumidor pagou um preço bem alto, se comparado aos preços da época em que vigorava o monopólio estatal, para

ter um sistema de telecomunicações mais eficiente no fornecimento de linhas. Seria pouco provável encontrar números tão significativos em termos de linhas disponibilizadas ao usuário, se prevalecessem para as empresas privatizadas os preços cobrados pelo Estado, uma vez que eram subsidiados. Se este é um ponto desfavorável aos consumidores, torna-se um dos mais favoráveis às empresas que, com o aumento das tarifas seguido do aumento do número de usuários, tiveram suas receitas operacionais aumentadas substancialmente. Um exemplo desse aumento significativo de receitas pode ser visto em dados do balanço patrimonial do consórcio Telemar (Região 1), que apresentou uma receita líquida crescente no período 1998-2001, passando de R\$ 5,1 bilhões para R\$ 8,4 bilhões.

A TABELA 6, a seguir, demonstra o percentual de reajuste anual por tipo de serviço, ocorrido após a privatização da telefonia fixa.

A tarifa da assinatura residencial foi a que teve maior percentual de reajuste acumulado desde a privatização, alcançando o índice de 88,35%. O ano de 2000 foi o que registrou o maior percentual de reajuste até então, com exceção da tarifa de pulsos locais que subiu menos neste ano, em relação aos demais. O destaque é para a tarifa de longa distância internacional, que teve uma redução nos anos de 2000 e 2001, acumulando uma queda de 7,55% no período pós-privatização.

TABELA 6
REAJUSTE DAS TARIFAS DE TELEFONIA
FIXA APÓS A PRIVATIZAÇÃO

Tarifas	1999	2000	2001	2002*	Acumulado*
Assinatura residencial	17%	19,88%	17,90%	13,90%	88,35%
Longa distância internacional	1,66%	3,74%	-5,73%	-7,01%	-7,55%
Longa distância nacional	5,46%	11,92%	7,76%	5,02%	33,57%
Pulso local	9,57%	6,72%	não houve	9,27%	27,77%
Serviços locais	7,99%	14,21%	10,44%	8,30%	47,52%

FONTE: Anatel, extraído do Jornal Folha de São Paulo, do Caderno Especial, de 20 de outubro de 2002

* Até maio de 2002

Alguns destes serviços, como a assinatura residencial e os serviços locais, quando reajustados, interessam particularmente às empresas concessionárias e autorizadas de telefonia fixa, por representar um aumento garantido de receita. Já para as operadoras de longa distância interessam mais especificamente a tarifação nacional e a internacional.

6.2 - Telefonia Celular

Como na telefonia fixa, a telefonia celular apresentou um alto crescimento, principalmente nos últi-

mos dois anos. O GRÁFICO 3 demonstra a situação da telefonia celular no país.

Os números da telefonia celular são ainda mais impressionantes que os da telefonia fixa. Em 1993, o país possuía apenas 251 mil linhas de celulares em funcionamento. Em 1996, já havia 2,7 milhões de celulares. Mas, é a partir de 1997 que o crescimento se acelera. Entre 1997 e 2001, foram instalados 24 milhões de acessos, o que significa mais de dez vezes o número registrado em 1996. O maior crescimento aconteceu no ano de 2000, quando

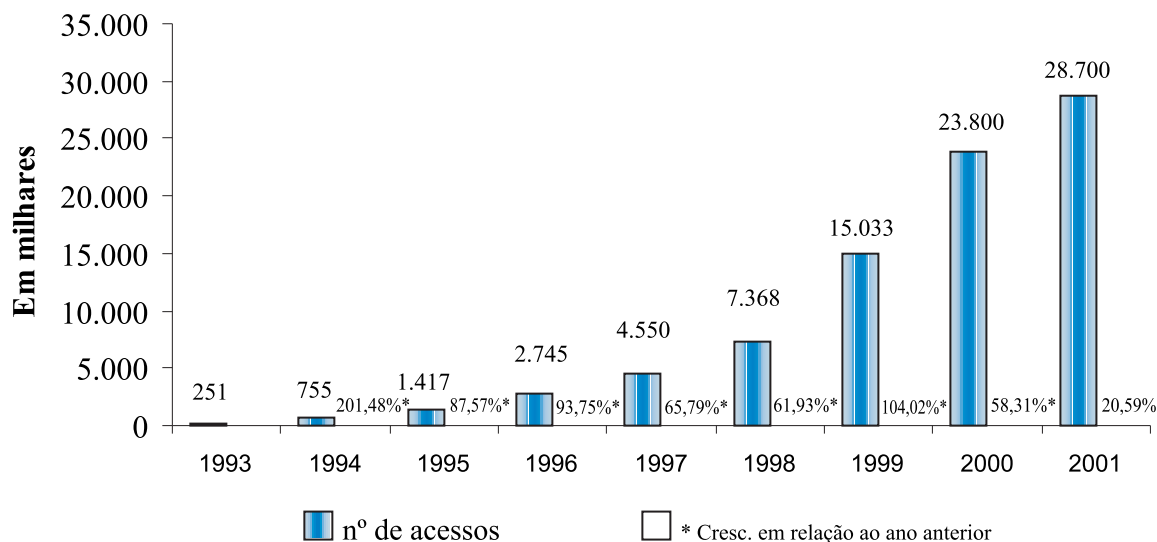


GRÁFICO 3 - NÚMERO DE ACESSOS MÓVEIS CELULARES - 1993-2001

FONTE: Agência... (2002c)

TABELA 7
EVOLUÇÃO DAS TARIFAS LOCAIS DA
TELEFONIA CELULAR 1994-2000-EM REAIS

Serviço telefônico fixo local	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 ²
Assinatura básica mensal (1)	23,62	23,93	27,29	27,00	nd	nd	nd
VC1 (por minuto) (1)	0,24	0,24	0,27	0,27	0,27	0,27	0,30
VC2 (por minuto) (1)	0,48	0,49	0,58	0,58	0,58	0,58	0,63
VC3 (por minuto) (1)	0,60	0,61	0,66	0,66	0,66	0,66	0,72

FONTE: Balanço da Telemar, 1998 e Relatório Anual da Telebrás, junho/2000.

(2) Até junho de 2000.

foram acrescentados mais de 8,7 milhões de acessos. Como na telefonia fixa, o mercado teve um grande crescimento a partir da privatização ocorrida em 1997. Este segmento possuía uma grande demanda reprimida, fato que justifica um crescimento tão alto deste mercado. O número de acessos instalados em 2001 é mais de 100 vezes o de 1993. Sob este aspecto também podemos considerar um ganho significativo para o consumidor.

Em relação às tarifas praticadas no segmento de telefonia celular, o fato de já serem altas, quando comparadas às da telefonia fixa, não sofreram aumentos significativos nos valores. A TABELA 7 apresenta alguns dados deste segmento.

Nem mesmo a concorrência no setor foi capaz de provocar uma redução das tarifas, o que poderia ser um benefício a mais para o consumidor. Portanto, a privatização trouxe vantagens apenas para acessos instalados, não ocorrendo o mes-

mo com os valores cobrados pelos serviços prestados pelas operadoras.

7 - AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO SETOR DE TELEFONIA E DE EMPRESAS DO SETOR

Com o objetivo de antecipar as metas estipuladas pela Anatel, fixadas para dezembro de 2003, as empresas têm realizado, nos últimos anos, pesados investimentos para a expansão dos serviços – como indicado pelo aumento das receitas líquidas sobre o ativo total (Giro dos Ativos) – financiados em grande parte por empréstimos – como retratado pela elevação substancial do grau de endividamento do setor, nos anos pós-privatização. (TABELA 8).

A situação financeira futura das concessionárias dependerá da redução de custos, tanto fixos

TABELA 8
INDICADORES DE DESEMPENHO DO SETOR
DE TELEFONIA^A – 1996, 1999 E 2001^B

Indicadores	1996	1999		2001	
		Fixa	Móvel	Fixa	Móvel
Lucro Líquido/Patrimônio Líquido	0,0834	0,0194	(0,3002)	0,0137	(0,2673)
Lucro Líquido/Ativo Total	0,0622	0,0133	(0,0794)	0,0071	(0,0718)
Grau de Endividamento	22,20%	32,80%	52,95%	116,90%	61,95%
Receita Líquida/Ativo Total	0,3107	0,2934	0,3812	0,4325	0,3694

FONTE: Balanço Anual, 1997, 2000 e 2001

(A) Dados entre parênteses indicam prejuízo

(B)

como variáveis, assim como do aumento das receitas. Até o presente momento, a situação não parece grave, visto que, embora os indicadores de lucratividade tenham piorado, a tendência nos anos futuros parece ser de recuperação, como sugerido pela análise do setor e de suas maiores empresas.

A análise setorial, a partir da TABELA 8⁴, mostra que, em 1999, o índice de Lucro Líquido/ Receita Líquida foi inferior àquele de 1996. Contudo, a partir desse indicador, isoladamente, não se pode inferir que houve queda no desempenho da empresa. Em função dos altos investimentos realizados, financiados com o aumento do endividamento, o lucro líquido do setor diminuiu e o Patrimônio Líquido aumentou, resultando em um índice inferior. Esta situação se repete em relação ao segundo índice (Lucro Líquido/Ativo Total), com o aumento do Ativo Total⁵, implicando também um índice menor. O grau de endividamento em 1999, como era de esperar, aumentou em relação a 1996, fruto desses investimentos das empresas. Por fim, o quarto indicador registra uma pequena queda, se comparado a 1996, principalmente devido ao aumento do Ativo Total. Já o segmento de telefonia móvel apresenta prejuízo no ano de 1999, além de um alto grau de endividamento. Estes dois fatores são, também, reflexos dos altos investimentos realizados no setor.

No ano de 2001, o segmento de telefonia fixa apresentou prejuízo. Como neste ano o volume de investimentos foi ainda maior, o resultado das empresas, da mesma forma que em 1999, ficou comprometido. Este alto volume de investimentos feitos no setor, além de gerar aumento dos custos, com a expansão da planta instalada e também com a ma-

⁴ O ano de 1996 foi selecionado por ter sido o último em que o governo detinha o monopólio do setor de telefonia, permitindo, assim, uma comparação com os dados pós-privatização.

⁵ O Ativo Total do setor que era de R\$ 43.969.327,7 em 1996, passou para R\$ 77.638.589,00, considerando-se a telefonia fixa e a móvel, conjuntamente. Em 2001, salta para R\$ 114.470.790,00. Mesmo considerando-se a inflação nesse período, o aumento é surpreendente.

nutenção desta, não tem grande depreciação em balanços patrimoniais, ou seja, não contribui para redução de impostos devidos. A elevação do grau de endividamento foi, na realidade, uma estratégia das empresas para a antecipação de metas.

No ano de 2001, o índice Receita Líquida/ Ativo Total teve um aumento considerável no segmento da telefonia fixa e uma pequena redução na telefonia móvel. A redução na telefonia móvel não é resultado da redução da Receita Líquida, mas do aumento do Ativo Total. Já na telefonia fixa, há um aumento significativo da Receita Líquida seguido de um menor aumento do Ativo Total.

As concessionárias de telefonia fixa, por exemplo, investiram R\$ 10 bilhões e as de telefonia móvel R\$ 4 bilhões, em 2000, com o intuito de cumprir as metas estipuladas para dezembro de 2003, já em dezembro de 2001. O grau de vulnerabilidade das empresas aumentou, assim, com a elevação do grau de endividamento, como indicado na tabela acima, mas, de acordo com estudos do BNDES (2001), todas as operadoras de telefonia móvel, em 2000, registraram aumento no faturamento, que totalizou US\$ 8,4 bilhões. Já as operadoras de telefonia fixa aumentaram sua Receita Operacional Líquida em 34%, totalizando R\$ 25,6 bilhões em 2000, relativamente a 1999.

As exceções, nesse caso, ficam por conta das telefônicas que se restringem ao atendimento de ligações a longa distância, como é o caso da Embratel e da Intelig. Isso ocorre porque estas não possuem uma fonte fixa de receita, proveniente de assinaturas de linhas telefônicas, como as demais empresas do setor. A acirrada concorrência entre ambas se dá através da guerra de tarifas, reduzindo-as ao mínimo. Tal situação para essas duas empresas tende a se agravar ainda mais devido à entrada das outras empresas do setor neste segmento de serviço.

A situação econômico-financeira das empresas pode ser mais bem avaliada a partir de exemplos de algumas empresas. No caso da Telemar, em 2000, foram feitos investimentos no total de R\$

2,8 bilhões. Já em 2001, esse valor saltou para R\$ 7,67 bilhões, com o objetivo de antecipação das metas de 2003, para possibilitar à concessionária desenvolver suas operações em outras regiões do país, em serviços de longa distância, tanto nacional como internacional, em serviços de transmissão de dados e na atuação na telefonia móvel. Com a aplicação de recursos em grande volume, a dívida da companhia aumentou de R\$ 2,1 bilhões, em 2000, para R\$ 6,254 bilhões ao final de 2001. (TELEMAR, 2001). Mas, a Receita Líquida dos serviços de telefonia fixa, por exemplo, tem tido aumento substancial todos os anos, desde 1998; entre 2000 e 2001 aumentou 24%, e entre 1998 e 2001, 96%, indicando que a situação econômico-financeira da empresa parece ser saudável, até o presente momento (BNDES, 2001).

A Brasil Telecom, por sua vez, elevou substancialmente seu Ativo Total, com pesados investimentos, em 2000, no valor de R\$ 2,3 bilhões, além da incorporação da CRT, por R\$ 1,4 bilhão. Em 2001, o total dos investimentos aumentou para R\$ 3,4 bilhões destinados, principalmente, para o cumprimento das metas de universalização, elevando a dívida líquida em 54%. Dados de 2000 sobre as diversas fontes de receita revelam, contudo, que houve elevação substancial em todas elas, em relação a 1999. A receita com assinaturas, por exemplo, aumentou 59% nesse período; a derivada de pulsos, 41%; com serviços de longa distância, 32%, dentre outras.

A estratégia da Telesp foi a mesma das demais, com a elevação do Ativo Total refletindo altos investimentos, que, no ano de 2000, totalizaram R\$ 4,1 bilhões. Mas, como nos outros casos, a receita derivada de diversas fontes também foi aumentada (BNDES, 2001).

O panorama geral sobre o desempenho das concessionárias de telefonia sugere que a elevação da dívida financeira das empresas, até o presente momento, não é preocupante, uma vez que as receitas têm aumentado continuamente nos últimos anos e há perspectivas de que essa tendência

continue, com os pesados investimentos feitos no setor e a procura das empresas em ofertas de novos serviços.

8 - CUMPRIMENTO DE METAS ESTABELECIDAS PELA ANATEL

As metas fixadas pela Anatel por meio de resoluções para a área de telefonia, para dezembro de 2002, já foram cumpridas, quase que na totalidade, em junho deste ano, como mostram os dados disponíveis na TABELA 9, que são agregados de todas as operadoras. O acompanhamento dessas metas é feito anualmente pela Anatel. O desempenho das operadoras pode variar de um ano para outro, devido ao crescimento da rede e do número de usuários do sistema, sendo mensurado por indicadores como: número de contas emitidas com erro, taxa de solicitação de reparos e outros.

Não é possível aqui fazer uma comparação com o desempenho do setor na época do monopólio estatal, devido à ausência dos dados, mas é possível imaginar que alguns itens, como densidade telefônica e taxa de digitalização da rede, seriam praticamente impossíveis de serem alcançados na época do monopólio estatal, em virtude da fraca atuação do governo no setor.

A Anatel, que funciona como um órgão regulador e fiscalizador do sistema, não dispõe de um sistema de informações que forneça dados qualitativos sobre o atendimento aos consumidores. Embora receba reclamações de usuários dos serviços de telefonia, a Anatel apenas as registra, e as repassa às empresas operadoras. Porém, as reclamações feitas em Procons e também ações na justiça não estão em um sistema que possa fornecer dados consolidados sobre a telefonia. Em 2001, a Anatel recebeu cerca de duas mil reclamações repassadas por Procons, com o intuito de resolver reclamações de usuários.

Outro ponto que dificulta a obtenção de estatísticas do setor, diz respeito aos Procons. Estes não possuem um sistema que registre, em nível nacional,

as reclamações feitas por consumidores dos serviços de telefonia. Assim, as informações ficam fragmentadas e não permitem uma análise geral do setor quanto ao nível de reclamações dos usuários.

Das reclamações recebidas pela Anatel em 2001, a grande maioria está relacionada com a telefonia fixa, sendo que a maior parte refere-se a atrasos quanto à solicitação de reparos e cobrança de valores indevidos em conta telefônica. Na época em que o Estado detinha o monopólio do serviço, o maior índice de reclamações provinha da demora quanto ao fornecimento de linhas tele-

fônicas. De acordo com o atual plano de metas da Anatel, a partir de janeiro de 2002, a instalação de uma linha telefônica deverá ser feita em no máximo quatro semanas, a partir da solicitação do usuário. (AGÊNCIA..., 2002)

O Plano Geral de Metas de Universalização e de Qualidade das telecomunicações estabeleceu metas que as empresas devem cumprir de acordo com um cronograma de prazos. Entretanto, algumas empresas vêm antecipando o cumprimento destas metas, objetivando conseguir autorização para atuar em segmentos de serviços

TABELA 9
METAS FIXADAS PELA ANATEL
- DEZ./2002 - TELEFONIA

It.	Indicadores	Med.	JUN*	DEZ **
1	Acessos fixos comutados instalados	Mil	49.359	45.140
2	Acessos fixos comutados em serviço	Mil	38.179	N.D.
3	Telefones de uso público (TUP) em serviço	Mil	1.378	1.258
4	Solicitações de reparo p/ 100 acessos do STFC	%	4,29	2,50
5	Solicit. de reparo de TUP p/ 100 telefones em serv.	%	7,96	12,00
6	Reclamação de erro em cada 1.000 contas	Unid	1,82	3,00
7	Obtenção do sinal de disar, espera de 3 segundos	%	99,88	98,00
8	Tx de Chamadas locais originadas completadas	%	68,73	65,00
9	Chamada Longa distância Nac. originada completa	%	67,15/td>	65,00
10	Tx de digitalização da rede local	%	97,79	75,00
11	Chamadas completadas, atendimento em até 10 s	%	95,92	93,00
12	Pulsos Registrados no mês	Mil	7.996	N.D.
13	Minutos Tarifados Nacionais no mês	Mil.	3.492	N.D.
14	Força de trabalho – Total	Unid	124.904	N.D.
15	Acesso fixo em serviço por 100 habitantes	%	22,25	N.D.
16	Telefonia móvel – acessos em serviço	Mil	30.600	N.D.
17	Telefones de Uso Público - Região Norte	Mil	98,60	84,70
18	Telefones de Uso Público - Região Nordeste	Mil	372,80	316,80
19	Telefones de Uso Público - Região Sudeste	Mil	631,60	601,40
20	Telefones de Uso Público - Região Sul	Mil	180,80	167,40
21	Telefones de Uso Público - Região Centro-oeste	Mil	95,10	88,30
22	Telefones de Uso Público - Região Brasil	Mil	1.379	1.259
23	Densidade Telefônica (Acessos p/ 100 hab.)-Região Norte	Taxa	18,50	16,80
24	Densidade Telefônica (Acessos p/ 100 hab.)-Região Nordeste	Taxa	17,70	14,90
25	Densidade Telefônica (Acessos p/ 100 hab.)-Região Sudeste	Taxa	37,40	34,80
26	Densidade Telefônica (Acessos p/ 100 hab.)-Região Sul	Taxa	30,40	27,50
27	Densidade Telefônica (Acessos p/ 100 hab.)-Região Centro-oeste	Taxa	29,20	29,10
28	Densidade Telefônica (Acessos p/ 100 hab.)-Brasil	Taxa	28,80	26,30

FONTE: Agência... (2002A)

*Metas realizadas até junho de 2002

**Metas fixadas para dezembro de 2002

N.D. - Não disponível

diferentes daqueles inicialmente estabelecidos nos contratos de privatização. A autorização para que as operadoras atuem em outros segmentos já está prevista nesses contratos, mas, para que possam exercer este direito, é necessário o cumprimento das metas estipuladas nos programas definidos pela Anatel.

Em 2001, as empresas Telemar e Telefônica concentraram esforços para antecipar o cumprimento de algumas metas, com o objetivo de conseguir permissão para operar em outros segmentos de serviços. O interesse das empresas era operar na telefonia de longa distância e no serviço móvel celular, nas Bandas D e E.

Uma das metas que teria que ser antecipada era a instalação de linhas telefônicas para usuários no prazo de 14 dias, a partir da data de solicitação. De acordo com a vistoria feita por amostragem pela Anatel, este item foi cumprido e as autorizações para atuarem em outros segmentos de serviços foram concedidas às empresas. No entanto, a instalação de novas linhas tem sido objeto de reclamações por parte de consumidores em algumas regiões, como nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As reclamações provêm da instalação de telefones mudos ou, até mesmo, da não instalação, embora a taxa de instalação já tenha sido paga. Isto provocou um grande número de ações na justiça por parte dos usuários, solicitando a indenização pela cobrança indevida. No Rio de Janeiro, a Telemar chegou a ter mais de 2.400 ações na justiça no mês de agosto de 2002. (TELES..., 2002). Como não há um sistema que registre o volume de reclamações, que possa fornecer dados qualitativos sobre o setor, não é possível fazer uma estatística qualitativa da satisfação do consumidor. Desta forma, os casos de reclamações, como o citado acima, ficam sendo considerados como pontuais, não permitindo fazer inferências contundentes a respeito do assunto. De qualquer forma, é inimaginável acreditar que não haverá consumidores insatisfeitos, sendo necessário, portanto, medir este grau de insatisfação.

9 - PERSPECTIVAS PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRO

Para os próximos anos, têm-se grandes expectativas de mudanças para o setor. A partir de 2002, as empresas começarão a atuar em segmentos de serviços diferentes daqueles que foram definidos nos contratos de privatização/autorização, ou seja, as operadoras poderão oferecer outros tipos de serviços dentro do segmento de sua atuação (telefonia fixa ou móvel), desde que tenham cumprido as metas estipuladas nos contratos assinados e nos programas específicos para o setor. (PIRES, 2000). Esta abertura irá aumentar a competição no setor o que poderá trazer mais benefícios ao consumidor e também um maior esforço por parte das empresas para garantir fatias de mercado, assim como as margens de lucro.

Devido ao grande volume de investimentos feitos, as empresas necessitam ampliar o oferecimento de serviços aos usuários, a fim de recuperar o capital investido. Porém, esta necessidade ainda tem um obstáculo legal, que são as normas fixadas nos contratos de privatização e concessão, em que há prazos mínimos para atuação em outros segmentos. A partir do cumprimento das metas, são feitas as autorizações para atuação em outros segmentos. Quanto à atuação que já é permitida, as empresas têm ampliado a cesta de serviços para seus usuários.

Para realizar estes investimentos, as empresas de telefonia fixa aumentaram o grau de endividamento, como mencionado anteriormente. A maior parte do endividamento se encontra em moeda nacional, como a Telemar, com 78,8%, e a Brasil Telecom, com mais de 80% do endividamento em moeda nacional. Já a Telesp e a Embratel têm quase a totalidade da dívida em moeda estrangeira, o que se torna uma agravante no caso de desvalorizações cambiais, dado que as receitas são obtidas internamente em reais. Neste caso as empresas adotam mecanismos de proteção, como derivativos, para não ficarem sujeitas às flutuações cambiais.

A desvalorização cambial que vem ocorrendo, recentemente, tende, de certa forma, a desestimular os investimentos externos feitos em dólares pelas empresas. Isto porque os investimentos já realizados e os que estão por serem feitos irão gerar receitas internas em reais, ou seja, em moeda nacional. Com a desvalorização do real frente ao dólar, será necessário uma maior quantidade de reais para “pagar” os investimentos feitos em dólares pelas empresas. Como a geração de receitas não está atrelada ao dólar, ou seja, está limitada aos contratos e à situação econômica do país, esta desvalorização provavelmente irá trazer desequilíbrios financeiros para as empresas.

No regulamento da Anatel, existe a possibilidade de liberação das tarifas cobradas pelas empresas. Isto pode acontecer depois que avaliações feitas demonstrarem que existe competição no setor, capaz de preservar ou de beneficiar os consumidores. Caso isto não aconteça e haja abusos nos preços das tarifas cobradas, a Anatel pode retomar o controle tarifário do setor. Este processo deve demorar um pouco, visto que esta forte concorrência em todos os segmentos do setor ainda não está consolidada.

A partir de uma maior concorrência, espera-se que haja uma redução nas tarifas cobradas e uma

melhora no atendimento geral ao consumidor, diminuindo o tempo de espera de atendimento. De acordo com o Plano Geral de Metas de Universalização, definido para o setor, os prazos de atendimento de acesso individual devem obedecer a um cronograma (TABELA 10).

Caso esse cronograma de atendimento seja cumprido, o setor estará oferecendo um grande benefício aos usuários do sistema.

Na licitação da Banda D, ocorrida no dia 13/02/2001, as empresas de telefonia fixa puderam participar, tendo sido as grandes vencedoras do processo. Esta licitação rendeu ao governo cerca de R\$ 2,6 bilhões, com ágio médio sobre o preço mínimo de 20,6% (LEILÃO..., 2001). Para as operadoras de telefonia fixa operarem na Banda D, tiveram que antecipar, para 2001, as metas de qualidade e universalização dos serviços fixados pela Anatel para o ano de 2003. A licitação da Banda E, ocorrida em 13/03/2001, teve as mesmas regras e foi vendida por R\$ 1,0 bilhão.

A licitação de novas Bandas acaba forçando as antigas operadoras (de outras Bandas) a mudar para a tecnologia utilizada pelas operadoras das novas Bandas, e assim acompanhar a evolução do

TABELA 10
PRAZOS MÁXIMOS DE ATENDIMENTO
DE SOLICITAÇÃO DE ACESSO

A PARTIR DE	SOLICITAÇÕES DO PÚBLICO EM GERAL	SOLICITAÇÕES DE ESCOLAS E HOSPITAIS	SOLICITAÇÕES DE DEFICIENTES AUDIOVISUAIS
31.12.1999		1 semana	12 semanas
31.12.2000			6 semanas
31.12.2001	4 semanas		3 semanas
31.12.2002	3 semanas		2 semanas
31.12.2003	2 semanas		1 semana
31.12.2004	1 semana		

FONTE: Pires (2000)

setor, para não perderem mercado para as operadoras entrantes.

Nas metas definidas pela Anatel, estão previstos investimentos de US\$ 53 milhões no setor de telecomunicações no período 2001-2005, envolvendo telefonia móvel e fixa. É difícil imaginar que o setor continuará recebendo esse volume de investimentos, uma vez que as empresas já fizeram, no início da privatização, investimentos bem significativos para o setor, principalmente para antecipação das metas dos programas definidos pela Anatel, estando mais preocupadas agora em recuperar parte do capital investido.

Portanto, ainda existem alguns acontecimentos importantes previstos para o setor, principalmente no que se refere à concorrência entre as empresas operadoras, que até então ocorreu de forma isolada e apenas em alguns tipos de serviços. Com a entrada das empresas-espelinhos e as operadoras de celulares das novas Bandas, haverá uma concorrência mais acirrada nos segmentos de telefonia fixa e móvel, podendo gerar maiores benefícios aos seus usuários.

10 - CONCLUSÕES

A intervenção do Estado no segmento de serviços do setor telecomunicações, ocorrida a partir da década de 60, não trouxe grandes resultados para o setor. Devido à sua incapacidade financeira, os investimentos necessários ao seu desenvolvimento não foram realizados, o que gerou uma incapacidade de atender ao grande número de usuários do sistema, que aumentava a cada ano.

A partir de 1997, com a privatização do setor, houve grande aumento do número de linhas instaladas, tanto na telefonia fixa quanto na celular.

O modelo de privatização implementado no país foi interessante por permitir inicialmente que as empresas se consolidem no mercado e, aos poucos ou de forma programada, passem a ser expostas à concorrência. Embora esta concorrência esteja se in-

tensificando neste momento, algumas empresas, como a Embratel, têm apresentado prejuízos em seus balanços. À medida que a concorrência aumentar, este quadro tende a se agravar, caso não consigam reverter suas posições. Portanto, o mercado de telecomunicações, especificamente o de telefonia, ainda poderá sofrer grandes transformações, conforme as empresas passarem a ampliar a oferta de serviços e com isto implementar uma concorrência acirrada no mercado. Esta concorrência deve ser acompanhada de perto pela Anatel, visando manter a saúde financeira do sistema, evitando distorções que possam, em última instância, eliminar a concorrência em alguns segmentos.

Algumas empresas têm vantagens em relação a outras como é o caso das de telefonia fixa, em relação à Embratel e à Intelig, que são operadoras de longa distância. As empresas de telefonia fixa têm um mercado já “garantido”, devido ao fato de os usuários pagarem a tarifa de assinatura da linha, gerando uma receita mensal à operadora. As empresas de telefonia de longa distância não têm geração de caixa garantida e necessitam que os consumidores utilizem seus serviços para obter receitas. A partir de 2002, estas empresas também passam a concorrer com as de telefonia fixa, que obtiveram licença para atuar na telefonia de longa distância. A partir de julho de 2003, está prevista a liberação para que ocorram fusões e aquisições no setor.

De maneira geral, tem havido um crescimento expressivo de usuários dos serviços de telecomunicações, conforme demonstra a própria expansão de terminais fixos e móveis feita pelas operadoras. Outros tipos de serviços oferecidos, como Internet, também têm crescido de forma significativa.

O avanço ocorrido no setor de telecomunicações se deu sob a predominância do capital estrangeiro. Num primeiro momento, a entrada desses capitais no país trouxe um grande alívio ao Balanço de Pagamentos, por representar a entrada de divisas e ajudar o financiamento do *déficit* existente. Porém, no longo prazo, pode vir a ser um compli-

gador para o Balanço de Pagamentos. Isto porque os investimentos feitos no setor de serviços têm como objetivo atender ao mercado interno, que fará o pagamento em moeda corrente do país, ou seja, em reais. A repatriação do capital externo investido, feita através da remessa de lucros, será feita em dólares. Em outras palavras, as empresas estrangeiras geram receitas em reais e “despesas” para o país em dólares. O reflexo disto poderá ser um impacto negativo na Balança de Serviços, uma vez que o setor não estará mais recebendo grandes investimentos externos como na época das privatizações, mas, enviando lucros ao exterior.

No que se refere ao atendimento aos usuários dos serviços de telecomunicações, sob o aspecto de quantidade de serviços ofertados, o capital externo vem desempenhando um bom papel, fornecendo serviços em que o Estado, até então, vinha apresentando sérias deficiências. Sob o aspecto de preços, os usuários tiveram que desembolsar cifras bem superiores às cobradas na época do monopólio estatal, não desfrutando até o presente momento os efeitos da concorrência entre as operadoras do sistema.

A atuação do capital externo, portanto, foi positiva no que se refere ao atendimento ao usuário, substituindo, com eficiência, a atuação do Estado como empresário. Com relação às contas externas, será necessário verificar o comportamento das mesmas daqui para frente, a fim de evidenciar seus efeitos.

Abstract

The objective of this article is to make a description of the telecommunications in Brazil, focusing the telephone services, from 1950 up to 2001. The study presents the main alterations on the regulation of these services and its impacts in sector's performance, mainly in the privatization period initiated in 1998. When the privatization process began, the external capital in this sector and the offering of these services has increased, although the possible negative impact on the external accounts didn't appear up to this moment.

Key-words:

Telecommunications–Brazil; Telecommunications-Regulation; Telecommunications- History-Brazil; Telecommunications– Services; Telecommunications – Privatization; Telecommunications - Investment.

11 - REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (Brasil). **Privatização da Telebrás**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2000.

_____. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 4 jan. 2001a.

_____. **Programa de Recuperação e Ampliação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal: PASTE**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 21 fev. 2001b.

_____. **História do telefone no Brasil**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2002a.

_____. **Indicadores**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2002b.

_____. **Relatório anual de 2001**. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2002b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA. **Informações**. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br>>. Acesso em: 29 jan. 2001.

_____. **Panorama econômico e desempenho setorial**. [S.l.], 1998.

_____. _____. [S.l.], 1999.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Departamento de Capitais Externos: FIRCE**. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2001.

_____. **Departamento de Capitais Externos:** relatório anual de 2001. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2002.

BRANCO NETO, O.L.C. **Concessionárias de telefonia fixa.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2001a. (Caderno de Infra-Estrutura Urbana do BNDES, n. 18).

BRANCO NETO, O.L.C. **Operadores de Telefonia Móvel.** Rio de Janeiro: [s.n.], 2001b. (Caderno de Infra-Estrutura Urbana do BNDES, n. 19).

BRASIL. Ministério das Comunicações. **História do telefone.** <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em: 23 set. 2002.

_____. **Relatório anual da Telebrás S.A.** Disponível em: <<http://www.mc.gov.br>>. Acesso em: 12 dez. 2000.

BRASIL TELECOM. **Relatório anual de 2001.** Disponível em: <<http://www.brasiltelecom.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2002.

DORES, A.M.B. **Telecomunicações: o novo cenário.** Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: nov. 2000.

EMBRATEL. **Relatório anual de 2001.** Disponível em: <<http://www.embratel.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2002.

FERREIRA, P. C. Investimentos públicos e infraestrutura no Brasil. In: FONTES, R. M. O. **Estabilização e crescimento.** Viçosa: UFV, 1997. p. 231-256.

GONÇALVES, R.A. Economia política do investimento externo direto no Brasil. In: MAGALHÃES, J.P.A.; MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A. **Vinte anos de política econômica.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 235-258.

LEILÃO da Banda D mostra gigantes da telefonia. **Gazeta Mercantil,** Belo Horizonte, 14 fev. 2001. Legislação, p. A-9.

MOREIRA, M. M. Progresso técnico e estrutura de mercado: o caso da indústria de teleequipamentos. In: PRÊMIO BNDES DE ECONOMIA, 13., 1989, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1989. 151 p.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada:** técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1989. 300 p.

NETO, O.L.C.B. Operadoras de telefonia móvel no Brasil. **Caderno de Infra-estrutura Urbana do BNDES,** n. 19, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2002.

_____. Concessionárias de telefonia fixa. **Caderno de Infra-estrutura Urbana do BNDES,** n. 18, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 22 set. 2002.

PESSINI, J. B. **Estudo da competitividade da indústria brasileira** - nota técnica setorial do complexo eletrônico. Campinas: Ministério da Ciência e Tecnologia, 1993. 98 p.

PIRES, J. C. L. **A reestruturação do setor de telecomunicações no Brasil.** Acesso em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: nov. 2000.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas.** São Paulo: Atlas, 1995. 484 p.

A SUBIDA das tarifas de telefonia fixa após a privatização. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 20 out. 2002. Folha Especial, p. 10.

U.S. BUREAU OF LABOR STATISTICS. **U.S. Department of Labor.** Disponível em: <<http://www.bls.gov>>. Acesso em: 22 out. 2002.

TELES deixam de cumprir 100% das metas. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 22 set. 2002. Folha Dinheiro, p. B1, B3-B6.

TELEMAR. **Relatório anual de 1998.** Disponível em: <<http://www.telemar.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2000.

_____. **Relatório anual de 2001**. Disponível em: <<http://www.telemar.com.br>>. Acesso em: 23 set. 2002.

Recebido para publicação em 21.DEZ.2001